30. O Homem Previdente e o suporte previdencial

Sebastião Bergamini Junior

Essa Coluna discorre sobre a gestão de investimentos realizada pelo Homem Previdente de forma individual e adicional à participação mantida em fundos de previdência.

Os recursos auferidos pelo individuo podem ter três destinações: gastos correntes mandatórios (sobrevivência), gastos com padrão de vida e poupança com fins previdenciais. Esta última se esgota, para grande parte da população brasileira, na assistência universal da previdência oficial. Para um contingente bem menor de pessoas existem os benefícios decorrentes da previdência complementar, baseados em planos de benefícios geridos por fundos de pensão. No entanto, é rara a figura do Homem Previdente que, apesar de ter esses dois suportes previdenciais, ainda se preocupa e se compromete com a formação de uma reserva adicional para o futuro.

A percepção generalizada da credibilidade dos dois suportes previdenciais, sendo o oficial para prover as necessidades básicas e o complementar para manter um esperado padrão de vida, torna aparentemente ociosa a discussão sobre sua efetividade. No entanto, esta credibilidade vem sendo questionada pelos fatos, pois para alguns participantes de fundos de pensão a complementação se revelou ilusória, como no caso dos participantes de alguns dos fundos patrocinados por empresas aéreas e, nos últimos tempos, as projeções têm indicado que, se não forem alteradas as atuais condições de custeio da previdência oficial, será difícil o Estado prover os benefícios básicos prometidos.

Os especialistas em finanças pessoais reconhecem a influencia de fatores culturais no uso dos recursos excedentes, ou seja, aqueles que remanescem depois dos gastos mandatórios. Em uma economia como a brasileira, caracterizada pela escassa educação financeira e previdenciária, pela elevada volatilidade dos mercados e pela baixa remuneração dos ativos financeiros existe forte propensão para o indivíduo utilizar seus recursos excedentes na manutenção de um padrão de consumo elevado.

O receituário ortodoxo seguido pelo Homem Previdente preconiza a constituição de uma poupança forçada e constante ao longo do tempo, propiciando a acumulação de recursos que permitirá prover suas necessidades futuras. Ele não segue o padrão de consumo conspícuo e adota uma conduta conservadora que parte da premissa de que subsiste o risco previdencial mesmo com dois citados suportes previdenciais, exigindo uma inexorável poupança adicional.

O Homem Previdente utiliza alguns axiomas na gestão da poupança individual destinada ao uso previdencial, como a visão de longo prazo; a preocupação com a liquidez do investimento proporcionalmente mais elevada quanto mais próxima a data prevista para a aposentadoria; a consideração da renda fixa como aplicação temporária, sendo um ancoradouro para preservar o valor de compra dos recursos que serão direcionados para os investimentos efetivos; dentre outros.

Os problemas defrontados por todos os investidores, inclusive pelo Homem Previdente, estão ligados ao desempenho das possíveis aplicações. Nos últimos cinco anos a avaliação comparativa denota a pouca atratividade dos fundos de previdência aberta e a necessidade de o individuo adquirir conhecimento especializado para gerir seus investimentos pessoais, conforme indicam os dados relativos à rentabilidade de algumas modalidades de aplicação, extraídos de reportagem recente (¨Hora de reavaliar os planos de previdência?", Valor Econômico, 20.11.2013):

- os fundos DI, lastreados em títulos públicos, e os fundos de Renda Fixa, formados predominantemente por títulos privados, tiveram um rendimento médio de 4,2% e 5,3% ao ano, respectivamente, com claro viés de baixa, principalmente nos dois últimos anos; e

(*) contador aposentado do BNDES, certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS; foi membro do Conselho Fiscal (2002/07) e do Conselho Deliberativo da FAPES (2007/11).

- os fundos de previdência aberto (PGBL e VGBL) tiveram um fraquíssimo desempenho, rendendo entre 1,4% ao ano (para aqueles com taxa de administração igual ou superior a 1,5% ao ano) e 3,5% (para aqueles com taxa de até 1,5% ao ano).

Quadro de rentabilidades

	Nominal		Real (IPCA)	
	Set.2013	5 anos	5 anos	Ao ano
Fundos de Renda Fixa	4,77	69,01	29,35	5,28
Fundos DI	5,79	60,60	22,91	4,22
Previdência (taxa até 1,5% a.a.)	2,34	54,90	18,55	3,45
Previdência (taxa igual ou acima)	1,65	40,19	7,29	1,42
IPCA	3,79	30,66	-	-

A esses dados devem ser adicionados outros: a rentabilidade dos ativos imobiliários está em xeque com a percepção por parte do mercado de que existe uma bolha imobiliária; o ouro e o dólar americano são reservas de valor de alta volatilidade; e os ativos heterodoxos, como quadros, objetos de arte, selos e vinhos são campos de atuação de especialistas.

Neste contexto, para o investidor individual aplicar seus recursos com liquidez e rentabilidade no longo prazo, parecem restar duas alternativas: os títulos públicos vendidos diretamente pelo Tesouro Nacional (Tesouro Direto), e as oportunidades do mercado de ações. O Tesouro Direto está novamente atrativo como alternativa de investimentos, ofertando taxa de 7,2% ao ano acima da inflação medida pelo IPCA (NTN-B Principal 2035), significativamente superior à taxa de 4,2% ao ano que vigorou em fevereiro deste ano.

O mercado de renda variável não tem perfomado positivamente nos dois últimos anos, se for considerado o índice de variação da bolsa de valores - IBovespa. No entanto, as percepções de que esse índice reflete a economia do país ou o mercado doméstico de valores mobiliários não são corretas, devido a forte concentração das negociações em alguns títulos que “micaram” e pelo fato de a metodologia vigente privilegiar a quantidade de negócios realizados, superestimando o papel de ações com elevado conteúdo especulativo, como foi o caso recente das empresas do Grupo X.

Essas imperfeições justificaram a introdução de alterações metodológicas importantes no indicador, que irão vigorar no próximo ano, visando a desconcentração do índice (nenhuma empresa poderá representar acima de 20% do índice) e a valorização da parcela de ações realmente transacionáveis em mãos dos agentes de mercado (*free float*), dentre outras variáveis. Os estudos indicam que se a nova metodologia já estivesse em vigor, a desvalorização média da bolsa de valores de 11% até o final de outubro deste ano reverteria para uma variação positiva de 7%, confirmando o potencial do mercado de ações para a constituição de uma carteira própria de investimentos com fins previdenciais.

Em síntese, o Homem Previdente está consciente de que vive num mundo arriscado; que o fato de o individuo possuir dois suportes previdenciais pode lhe trazer uma ilusória sensação de segurança; e que ainda existe um cardápio variado para aumentar efetivamente sua segurança previdencial, por meio da formação e da gestão de sua carteira própria de investimentos.

(*) contador aposentado do BNDES, certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS; foi membro do Conselho Fiscal (2002/07) e do Conselho Deliberativo da FAPES (2007/11).